

# Esquerdas defendem fim da tutela

A decisão dos ministros militares de rejeitar a proposta da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais no sentido de restringir as funções das Forças Armadas à defesa da soberania nacional, foi só uma pequena mostra do que vem por aí, quando a Assembleia Nacional Constituinte estiver em pleno funcionamento, no ano que vem. De um lado, os militares não admitem sequer discutir a possibilidade de perda de espaço na nova Constituição; e de outro lado, os setores à esquerda entendem que se deve colocar um ponto final na "tutela militar" aos poderes constituídos: é o confronto.

Os comunistas, por exemplo, entendem que a democratização do País passa, invariavelmente,

pela "necessidade de esse processo permear as Forças Armadas, rompendo com a doutrina de segurança nacional e redefinindo o seu papel", como diz o deputado Roberto Freire, do Partido Comunista Brasileiro (PCB-PE).

O Partido dos Trabalhadores segue a mesma linha de raciocínio dos comunistas e é amplamente favorável à proposta da Comissão. O vice-líder do PT na Câmara, deputado José Genoíno (SP) afirmou que "ao se pronunciar sobre política, enquanto instituição, as Forças Armadas dão uma prova mais do que clara de que ainda tutelam o Governo, mesmo que indiretamente".

Na Constituinte, o PT também vai posicionar-se a favor de que as Forças

Armadas sejam definidas como instituições nacionais, organizadas "com base na hierarquia e na disciplina, dentro dos limites da lei, para a defesa da Nação contra o inimigo externo".

Já o PDT, embora considere "boa" a sugestão de limitar o papel das Forças Armadas à guarda do território nacional contra ameaças externas, não tem ainda uma proposta definida. Acha que uma proposta concreta deve surgir de baixo para cima, e para isso, sugere um amplo debate junto à opinião pública, como esclarece o vice-líder na Câmara, deputado Amaury Müller (RS), que defende também uma melhor explicitação das atribuições das Forças Armadas.